



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 047 / 2007.

Autoriza a concessão de Subvenções e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA,

RESOLVE:

Art. 1º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, conforme a seguinte designação:

SUBVENÇÃO A A.M. BAIRRO BOTAFOGO	257.096,97
SUBVENÇÃO A A.M. BAIXO GRANDE	224.157,70
SUBVENÇÃO A A.M. CAMPO REDONDO	29.247,66
SUBVENÇÃO A A.M. COLINAS	136.854,77
SUBVENÇÃO A A.M. JARDIM PRIMAVERA	29.693,69
SUBVENÇÃO A A.M. PARQUE LINDO	250.950,96
SUBVENÇÃO A A.M. VINHATEIRO	191.514,70
SUBVENÇÃO A APAE	51.050,23
SUBVENÇÃO A ALDEIA DA INFÂNCIA FELIZ	48.000,00
SUBVENÇÃO A CASA DE APOIO SEMENTES DO AMANHÃ	188.735,00
SUBVENÇÃO A LIGA DE BLOCOS CARNAVALESCOS SPA	15.675,00

TOTAL: 1.422.976,68

Parágrafo Único: O disposto no caput aplica-se a toda a administração direta e indireta.

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional e cultural.

Art. 3º - Somente as instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I. Atender direto ao público, de forma gratuita;
- II. Não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;


Paulo Lobo
Prefeito
M. S. P. A.

- III. Apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2008 por autoridade local;
- IV. Comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V. Ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VI. Apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e os objetivos;
- VII. Existir recursos orçamentários e financeiros;
- VIII. Celebrar o respectivo convênio.

Art. 5º - O valor do auxílio sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados e postos a disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 6º - As subvenções econômicas destinar-se-ão às empresas públicas de natureza autárquica, paraestatais afins, ou não exclusivamente.

Art. 7º - É vedada a concessão de ajuda financeira a qualquer título a empresa de fins lucrativos, salvo se tratar de subvenções econômicas cuja autorização seja expressa em lei especial e atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º - A destinação de recursos a título de "Contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes, além de atender ao que determina o art. 12, parágrafos 2º e 6º, da Lei nº 4.320/64, somente poderá ser efetivada mediante previsão na Lei Orçamentária.

Art. 9º - As transferências de recursos do Município, consignadas na Lei Orçamentária Anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 10º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílios de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos a indigentes e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.

Art. 11º - As Entidades Privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos constantes do Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo Único - O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 12º - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, revogadas todas as disposições em contrário.

CIENTE

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, 31 de agosto de 2007

Constou do expediente da Sessão
do dia 04 / 09 / 07

Cláudio V. Churabinho dos Santos
Presidente

PAULO ROBERTO RAMOS LOBO
Prefeito Municipal

APROVADO

1ª VOTAÇÃO

Em, 20 / 09 / 07

Cláudio V. Churabinho dos Santos
Presidente

A COMISSÃO

De Limpeza e Orçamentos
Em, 04 / 09 / 07

Cláudio V. Churabinho dos Santos
Presidente

APROVADO

2ª e ÚLTIMA VOTAÇÃO

Em, 25 / 09 / 07

Cláudio V. Churabinho dos Santos
Presidente